

Planalto dificulta ação contra trabalho escravo

NOVAS REGRAS ALTERAM modelo de fiscalização e exigem presença da polícia em flagrantes. Ministério Público e oposição prometem reação

Portaria editada pelo Ministério do Trabalho e publicada ontem traz regras que dificultam o acesso à "lista suja" de empregadores flagrados por trabalho escravo no país. Além disso, altera o modelo de atuação dos fiscais, que deverão passar a estar acompanhados pela polícia. A medida, que atende aos interesses da bancada ruralista e foi criticada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e entidades sociais, ocorre em meio à análise da nova denúncia na Câmara contra o presidente Michel Temer.

As novas regras alteram o modelo de fiscalização e elencam uma série de documentos necessários para que o processo possa ser aceito. Entre as medidas, estão a necessidade de que o auditor fiscal do Ministério do Trabalho seja acompanhado por autoridade policial que deve registrar boletim de ocorrência sobre o caso. Sem esse documento, o processo não será recebido.

A portaria também traz novos conceitos de trabalho forçado, jornada exaustiva e condição degradante, incluindo, para que haja a

identificação dos casos, a ocorrência de "privação da liberdade de ir e vir", o que não constava nas definições adotadas anteriormente. Na prática, dificulta a punição de flagrantes situações degradantes.

MPT DIZ QUE LEGISLAÇÃO E ACORDOS FORAM VIOLADOS

Além disso, a lista com o nome de empregadores autuados por submeter trabalhadores a situações análogas à escravidão passará a ser divulgada apenas com "determinação expressa do ministro". Antes, a divulgação cabia à área técnica da pasta, cujo atual titular é Ronaldo Nogueira (PTB-RS). O texto também prevê que a lista seja publicada no site do Ministério do Trabalho duas vezes por ano. Portaria de 2016 permitia atualização "a qualquer tempo", desde que não superasse seis meses.

Em nota, a Comissão Pastoral da Terra afirmou que "a portaria, numa canetada só, elimina os principais entraves ao livre exercício do trabalho escravo contemporâneo tais quais estabelecidos por leis, normas e portarias anteriores."

O MPT acusou o governo de se aliar a empresas que escravizam. Coordenador nacional de erradicação do trabalho escravo do MPT, Tiago Muniz Cavalcanti avaliou que a portaria viola tanto a legislação nacional quanto internacional.

"O governo está de mãos dadas com quem escraviza. Não bastasse a não publicação da lista suja, a falta de recursos para as fiscalizações, a demissão do chefe da Divisão de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo (Detrae), agora o ministério edita uma portaria que afronta a legislação vigente e as convenções da OIT. O Ministério Público do Trabalho tomará as medidas cabíveis", disse em nota.

Enquanto integrantes da bancada ruralista comemoram, líderes da oposição prometeram reagir. O deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) afirmou que apresentará hoje projeto de decreto legislativo para sustar a medida do governo. "Temer parece desconhecer qualquer limite. Sepultar o combate ao trabalho escravo em troca de salvação na Câmara é escandaloso, além de brutal", disse, em nota.

TRANSPORTE

Aeroporto de Passo Fundo espera recursos ainda este ano

Anunciada como prioridade na área de aviação regional no Rio Grande do Sul há dois anos, a ampliação do aeroporto Lauro Kurtz, de Passo Fundo, pode ter parte das barreiras burocráticas que atrasam a obra superadas antes do final do ano. O Departamento Aeroportuário do Estado (DAP) diz esperar que ainda em outubro seja assinado convênio com o governo federal para a liberação dos R\$ 44,5 milhões reservados para a modernização do terminal. Com isso, afirma Ligia Barreto, diretora do DAP, seria possível abrir e encerrar a licitação para contratar a empresa que vai executar o proje-

to antes da virada do calendário.

- A licitação será feita da forma mais rápida possível - diz Ligia.

As obras incluem novo terminal de passageiros, seção contra incêndio, pátio de aeronaves e ajustes da pista. Apesar da recorrente dificuldade do setor público em cumprir prazos, o DAP sustenta que será possível finalizar a licitação ainda antes de 2018. Assim, as obras começariam nos primeiros meses do próximo ano e seriam entregues no início 2019.

O Piratini terá a obrigação de dar contrapartida financeira de R\$ 1,3 milhão. Segundo Ligia, a garantia de que o governo gau-

cho dispõe da verba está nos últimos documentos enviados a Brasília para finalizar as tratativas sobre assinatura do convênio. Procurada, a Secretaria Nacional de Aviação Civil foi mais cautelosa e informou apenas que a intenção é assinar o convênio ainda neste ano.

A necessidade da ampliação do aeroporto se deve ao crescimento da demanda. O número de passageiros que embarcaram na cidade subiu de 25 mil em 2012 para 81 mil ano passado, segundo a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). A única companhia que opera hoje na cidade é a Azul.

Outro projeto de aviação regional que se arrasta no Estado é o de Vila Oliva, em Caxias do Sul. A fase atual é de licenciamento ambiental. Para esta obra, o governo federal promete R\$ 100 milhões.

Walmart BIG Nacional
Barato
NA FEIRA INTEIRA
VÁLIDO POR 1 DIA
OFERTAS VÁLIDAS PARA O DIA 17/10/2017



MAIS BARATO EM **8.000** PRODUTOS NA LOJA TODA.*

*São mais de 8.000 produtos nos hipermercados Walmart, 6.500 produtos nos hipermercados BIG e 4.500 nos supermercados Nacional mais baratos do que a média de mercado. Fonte: Scantrack Nielsen | Total Brasil ASJ 234 categorias | Número de itens comuns abaixo da média do mercado na concorrência. | Preço médio ponderado (vendas valor/vendas volume) | Período 29/05 a 02/07/2017.

Válido somente para o dia 17/10/2017 ou enquanto durarem os estoques. Os preços citados neste impresso são em reais e válidos pelo período informado acima ou enquanto durarem os estoques, prevalecendo o que ocorrer primeiro, para as lojas de RS - Capital (Novo Hamburgo, Porto Alegre, Cachoeirinha, Gravataí, Viamão, Alvorada, Canoas, Esteio, São Leopoldo, Sapucaia, Sapiranga, Guariba, Montenegro, Imbé, Tramandaí, Capão da Canoa, Torres, Kangarú, Osório e Santo Antônio da Patrulha). Nem todos os produtos estão disponíveis nas lojas de RS - Capital, podendo variar de acordo com o estoque ou sortimento de cada loja. Consulte a loja mais próxima. Para melhor atender nossos clientes, não vendemos por atacado e reservamos o direito de limitar, por cliente, a quantidade dos produtos anunciados. Nas lojas participantes, garantimos a quantidade mínima de 1,2m/kg por loja, dos produtos anunciados na data de início do impresso. Promoção não cumulativa. Fotos meramente ilustrativas.

Aparelhos Dentários Invisíveis
Dra. Fabiana Vincenzi CRO 9184
Especialista em Ortodontia e Ortopedia Facial

The Clear Alternative to Braces

Av. Loureiro da Silva, 2001/617 Ed. Edel Trade Center, Cidade Baixa
Porto Alegre - RS F: (51) 3212 58 63 (51) 99935 63 71
WWW.APARELHOSINVISIVEIS.TOP